

HABEAS CORPUS Nº 547.145 - RJ (2019/0349845-3)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : THIAGO MENEZES RIBEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : THIAGO MENEZES RIBEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em causa própria por THIAGO MENEZES RIBEIRO contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no julgamento do HC n.º 0026445-89.2019.8.19.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 10/03/2018, com posterior conversão em custódia preventiva (fl. 15), pela prática, em tese, do crime disposto no art. 157, *caput*, do Código Penal, por duas vezes, pois subtraiu "*01 (um) telefone celular da marca Samsung, pertencente à vítima Claudia Marques Baptista, bem como, 01 (um) telefone celular da marca Redmi Miui, e a quantia de R\$ 100,00, pertencentes à vítima Maria Eduarda Godov Brandão [...]*" (fl. 26).

Em audiência de custódia realizada em 14/03/2018, a segregação cautelar foi mantida pelo Juízo singular (fl. 12).

Em sua inicial, o Impetrante/Paciente alega, inicialmente, que há excesso de prazo para a formação da culpa, pois se encontra custodiado desde 10/03/2018, sem que a instrução tenha sido concluída, por culpa exclusiva da Acusação, que insiste na oitiva de uma testemunha faltosa (fl. 4).

Sustenta, ademais, que é primário, possui bons antecedentes, família constituída e residência fixa, o que lhe autoriza a obtenção da liberdade provisória (fl. 5).

Requer, inclusive liminarmente, a expedição de alvará de soltura em seu favor.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

No caso, verifico que não estão preenchidos os requisitos para a concessão da liminar pleiteada.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e

Superior Tribunal de Justiça

singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas.

Na hipótese, consta a seguinte fundamentação no decreto prisional (fl. 15; sem grifos no original):

*"Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que não se ajusta ao caso concreto a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Para a aplicação dessas medidas, deve-se levar em conta o princípio da proporcionalidade, ou seja, a medida cautelar deve ser necessária e adequada à situação fática que se apresenta. Não é o presente caso, em que a presença dos requisitos ensejadores da custódia cautelar, indica que outras medidas cautelares que não sejam a prisão mostram-se inadequadas e insuficientes para garantir a ordem pública, a correta instrução criminal e a aplicação da Lei Penal. **Note-se que o custodiado, em tese, praticou crime grave de roubo, por duas vezes, tendo, supostamente, subtraído um telefone celular, pertencente à vítima Claudia Marques Baptista e, ainda, um aparelho celular e a quantia de R\$ 100,00 (cem reais), pertencente à vítima Maria Eduarda Godoy Brandão, mediante grave ameaça exercida por palavras de cunho intimidatório e simulação de estar portando arma. A vítima Claudia Marques relatou, em sede policial, que, o custodiado exigiu a entrega de dinheiro, tendo a mesma afirmado que não possuía, ocasião na qual o mesmo teria lhe dito: 'se não me der dinheiro te mato! Não tô aqui para fazer o bem, tô aqui para fazer o mal!'. Em razão disso, a vítima entregou o celular. Já a vítima Maria Eduarda narrou, em sede policial, que o custodiado exigiu a entrega de dinheiro, simulando estar armado e falando: 'quero dinheiro, senão vou fazer uma merda!'**, ocasião na qual a vítima entregou dinheiro e celular, tendo o custodiado arrancado a bolsa de suas mãos. Veja-se que, minutos após os fatos, agentes de trânsito conseguiram capturar o custodiado, o qual foi reconhecido pessoalmente, em sede policial, pelas vítimas. Ademais, a res furtiva foi encontrada na posse do custodiado. Ressalte-se que a eventual soltura do custodiado acarretará risco desnecessário à instrução criminal com sua possível evasão do distrito da culpa. Nesse sentido, entendo presentes o fumus comissi delicti e o periculum libertatis, consistente na vulneração da ordem pública e no risco de não aplicação da Lei Penal."*

Já o Tribunal de origem, quanto ao alegado excesso de prazo e à necessidade da constrição provisória, consignou o que se segue (fls. 18-20; sem grifos original):

"Quanto ao mérito desta ação constitucional, referente à alegação de constrangimento ilegal em razão de suposto excesso de

prazo na instrução criminal, cabe dizer-se, inicialmente, que se encontra assente o entendimento em nossos Tribunais Superiores e neste órgão colegiado de que os prazos processuais não se resumem a meras parcelas aritméticas, sendo cabível sua dilatação, dentro de um critério de razoabilidade, devendo ser observado o caso concreto. [...]

Na espécie dos autos, não há se falar, validamente, em indesculpável dilatação de prazo, eis que o Magistrado de piso conduz regularmente o processamento do feito, tendo sido tomadas todas as providências necessárias e possíveis, frente as particularidades do caso específico, no qual, ressalte-se, houve declínio de competência entre Juízes.

Acréscase, outrossim, que conforme as informações prestadas pelo Juiz primevo (fls. 18/22), já foi ouvida uma das supostas lesadas - testemunha arrolada pela Acusação - restando apenas, a oitiva de mais uma testemunha, bem como a realização do interrogatório do réu.

Ademais, oportuno ressaltar que, o crime imputado ao paciente comina pena de reclusão, em abstrato, superior a 04 anos, a configurar o requisito objetivo para a decretação da custódia cautelar, conforme preceitua o artigo 313, I do CPP.

Neste diapasão, inobstante se argumente a existência de certa delonga na marcha procedimental, esta encontra-se, como visto, condizente às peculiaridades da ação penal em tela, não se vislumbrando, por conseguinte, qualquer ofensa ao princípio da razoável duração do processo, inserto no artigo 5º, inciso LXXVIII da CRFB, eis não se verificar, por ora, a caracterização de inércia por parte do Estado-Juiz, inexistindo a alegada excessiva morosidade a lhe ser atribuída, no caso em apreço.

Esclareça-se, por importante, que conforme a orientação dos Tribunais Superiores, a alegação, isolada, da presença das condições pessoais favoráveis ao paciente não representa, de per si, a garantia necessária e suficiente para a supressão da cautela constritiva, devendo a mesma ser analisada junto ao contexto fático carreado à ação constitucional, sendo que, no caso vertente não se mostra recomendada, neste momento, a soltura, configurando-se insuficientes e ineficazes à espécie, a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do CPP."

Como se vê, o Juízo singular entendeu pela necessidade da prisão preventiva do Paciente para a garantia da ordem pública em razão da gravidade concreta dos fatos – o Acusado, no mesmo dia, subtraiu os telefones celulares de duas vítimas, por meio de simulação de arma de fogo e de palavras intimidatórias, com ameaças de morte –, fundamento que não se mostra, em um juízo de cognição sumária, desarrazoado ou ilegal.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. EXCESSO DE PRAZO PARA ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. NÃO OCORRÊNCIA.

1. *É legítima a prisão cautelar decretada com o fim de garantir a ordem pública quando apresentada motivação concreta, tirada das circunstâncias que envolveram a prisão em flagrante.*

2. *No caso, a decisão está devidamente fundamentada na gravidade concreta do delito e na periculosidade do agente, com tendência à reiteração delitiva, pois, no mesmo dia, teria praticado dois roubos no estabelecimento comercial, por meio de simulação de porte de arma de fogo e com ameaças de morte, tendo-se evadido do local logo em seguida.*

[...]

4. *Ordem denegada.*" (HC 353.047/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 20/09/2016, DJe de 06/10/2016; sem grifos no original.)

De outra parte, quanto ao alegado excesso e prazo para a formação da culpa, é certo que o retardo injustificado à prestação jurisdicional viola o Princípio da Duração Razoável do Processo, previsto no art. 5.º, inciso LXXVII, da Constituição da República, acrescido pela Emenda Constitucional n.º 45/2004 (*"a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação"*).

Todavia, no caso, para que possa ser deferida a pretensão defensiva, deve haver o reconhecimento, estreme de dúvidas, de que **há desídia estatal injustificada e desproporcional** – o que não observo de imediato, mormente porque foi consignado no acórdão combatido que no processo criminal houve o declínio de competência entre Juízes e que só resta a oitiva de uma testemunha e o interrogatório do réu para a finalização da instrução.

Assim, sem que sejam prestadas informações pelo Juízo de primeiro grau, notadamente sobre os andamentos posteriores à impetração do *writ* originário – que foi julgado em agosto de 2019 –, não há como constatar a alegada demora na condução do feito ocasionada pelo aparelho estatal.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro,

Superior Tribunal de Justiça

o qual deverá encaminhar, ainda, a senha ou a chave de acesso para consulta processual aos andamentos referentes aos presentes fatos, caso seja necessária.

Oficie-se, ainda, ao Juiz de primeiro grau, para que preste esclarecimentos sobre o andamento do processo-crime e se há previsão para o julgamento do Réu.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora